

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

**G** BOLETIM  
GOIANO *de*  
Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS  
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 21 - N.º 2 - JUL./ DEZ. 2001

# A DIFUSÃO DO TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA NAS PAISAGENS DA ILHA DE ITAMARACÁ - PE

*Lenilton Francisco de Assis\**

## INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade complexa que nas suas múltiplas relações econômicas, sociais, políticas e culturais vem difundindo-se no mundo de forma acelerada, movimentando capitais de enormes proporções e superando atividades tradicionais como a indústria e a agricultura.

Em consonância com o processo de Globalização, o turismo, ao mesmo tempo em que integra as economias homogeneizando padrões de consumo e de lazer, seleciona, exclui e hierarquiza os espaços, concentrando funções e serviços em lugares específicos (Araújo, 2000).

Os expressivos “fixos e fluxos” (Santos, 1998:77) engendrados pela função turística têm na paisagem seu centro simulado de atenção. Pautando-se na sua dimensão estético-subjetiva, os agentes de *marketing* turístico selecionam os espaços portadores de um rico e diversificado patrimônio natural e cultural, transformando-os em alvos de necessidades criadas.

No bojo dos apelos às imagens e às representações de paisagens, enquadram-se as ilhas que são veiculadas nos meios de comunicação como destinos preciosos, como espaços exóticos evocadores de simulacros. Suas representações remetem a idéias de: aventuras, paraísos, prisões e até riscos.

Devidamente apropriadas pelo capital em todas as suas vertentes, não raramente, as ilhas são incorporadas ao modelo convencional de turismo na caça aos nichos ou paraísos perdidos. Há um apreço ao culto paradisíaco que elas encerram, findando por descolarem o real do subjetivo, o tangível do imaginado, a ilha como espaço com vida própria submetida à ilha evocada pelos sonhos comercializados em *folders* e roteiros turísticos. No mundo da mercadoria, a ilha e seus ilhéus confundem-se na “ordem do turismo” imposta como redenção econômica, em especial nos países do terceiro mundo.

Apesar de serem alvos privilegiados dos agentes de *marketing* turístico, as ilhas ainda carecem de maiores estudos acerca da difusão e dos efeitos do turismo nas suas paisagens. Os estudos têm-se concentrado sobretudo nas ilhas do Mediterrâneo, do Caribe e do Pacífico, demonstrando

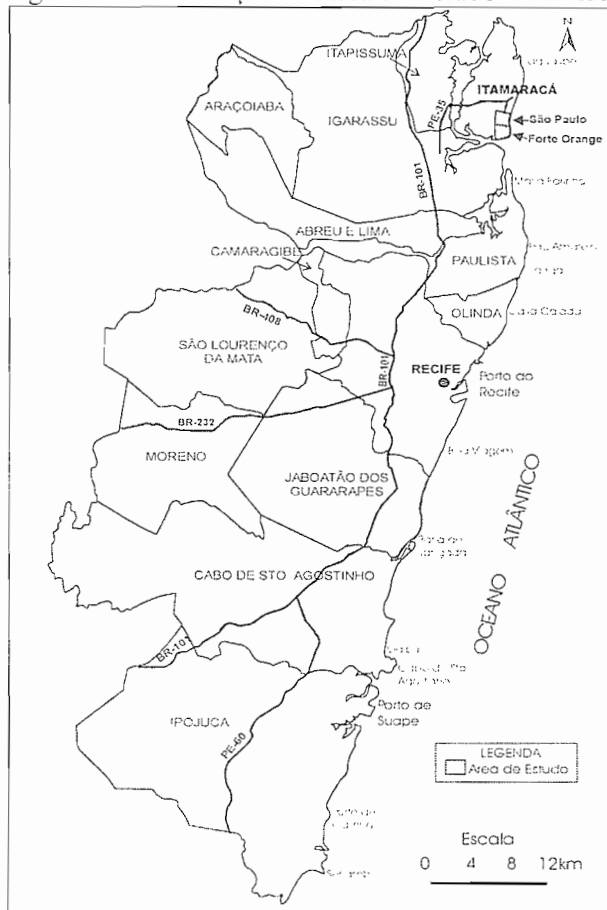
---

\* Mestre em Geografia pela UFPE. E-mail: lenilton@yahoo.com

as diferentes estruturas espaciais dos alojamentos turísticos (Pearce, 1991).

Dessa forma, busca-se neste artigo tecer algumas reflexões teórico-metodológicas acerca da difusão do turismo nas paisagens da Ilha de Itamaracá que se localiza no extremo norte do litoral da Região Metropolitana do Recife (RMR), onde, delimitou-se os bairros de São Paulo e Forte Orange os quais se situam na porção sul da ilha (Fig. 1). Os problemas e as realidades configuradas ao serem cotejadas nesta área selecionada para análise revelam necessidades de aprofundamentos das implicações socioespaciais ocasionadas pela expansão do turismo de segunda residência ou residência secundária.

Figura 1 – Localização da Área de Estudo na RMR



## 1. A Análise Geográfica do Turismo: Algumas Considerações

O conceito de turismo sempre esteve atrelado à idéia de viagem, de deslocamento. “Surge no século XVII na Inglaterra, referido a um tipo especial de viagem. A palavra *tour* que quer dizer *volta* é de origem francesa e tem seu equivalente no inglês *turn* e no latim *tornare*” (Barreto. 1995:43). Porém, o hábito de viajar é bem mais antigo que a expressão. As civilizações da Antigüidade clássica, como a romana, já faziam as viagens de lazer em busca do campo onde as classes urbanas mais abastadas fixavam suas residências secundárias.

Recentemente, a expansão do turismo vem inquietando o meio acadêmico em geral. Sendo uma atividade que se materializa através de viagens e da interação dos turistas com os lugares e as populações visitadas, o turismo tem como substrato o espaço geográfico, reivindicando, assim, a análise da Geografia.

As primeiras relações da Geografia com o Turismo respaldam-se nas práticas das viagens e no interesse pelo conhecimento de novos lugares. As viagens são práticas geográficas clássicas que estão no cerne dos estudos das diferenças espaciais existentes na superfície terrestre. Os precursores dessa proto-Geografia<sup>1</sup> são os “viajantes” que, através dos seus relatos e compêndios de curiosidades sobre lugares exóticos, instigaram os Estados a incentivarem as expedições científicas para a catalogação sistemática de dados e informações sobre os continentes e os países descobertos.

Alexandre von Humboldt, considerado um dos sistematizadores da Geografia, realizou inúmeras viagens que resultaram na publicação das suas principais obras, *Quadros da Natureza* e *Cosmos*, nas quais são lançadas as bases epistemológicas da Geografia Moderna. Embora os viajantes não estivessem preocupados em formular os princípios dessa disciplina, nem tão pouco possamos comparar as suas “viagens de descobertas” com o que

---

<sup>1</sup> Até o final do século XIII não se pode falar da Geografia como uma ciência, com seu objeto, princípios e métodos definidos e particularizados: o que existiam eram conhecimentos geográficos dispersos, principalmente, de práticas e relatos de viagens. A sistematização do conhecimento geográfico só ocorre no início do século XIX (Ferreira & Simões, 1996).

entendemos hoje como viagens turísticas, torna-se interessante ressaltar que um dos elos entre a Geografia e o Turismo era, e continua sendo, a busca pelo conhecimento de novos espaços. Este interesse pelas diferenciações espaciais permeia toda a evolução do pensamento geográfico e, podemos assim dizer que, de forma propedêutica, lança as primeiras nuances da Geografia do Turismo.

A Geografia considera o turismo para além da questão econômica. Um dos principais fatores que leva os Geógrafos a se questionarem sobre esta atividade é a influência que ela exerce na organização dos espaços onde se instala, principalmente, pela voracidade que dinamiza as paisagens e os quadros regionais.

No contexto geral, as preocupações espaciais com a expansão da função turística derivam, principalmente, das análises da distribuição dos equipamentos e das suas incidências na organização socioespacial. Segundo Cazes (*apud* Castilho, 1999:95), tradicionalmente ligados à apaixonante problemática da localização, os geógrafos apontam os fatores geográficos convencionais tais como:

- a atração da paisagem e do clima;
- a disponibilidade de infra-estrutura e de equipamentos turísticos;
- a sedução sociocultural e espacial dos lugares observados.

Ainda, conforme este autor, “isto não deixa de ser importante, porém deve-se levar em conta também os modelos sociais dominantes da demanda, a vontade de acolher e de aplicar políticas de *aménagement* do território e o jogo completo das suas relações, dos atores locais e globais”.

Como o turismo, academicamente, é uma preocupação recente, os diversos enfoques já resultam em algumas divergências conceituais-metodológicas. Por sua amplitude e complexidade, o turismo vem sendo discutido em uma perspectiva multidisciplinar com o intuito de romper e superar as compartimentações científicas legadas dos direcionamentos positivistas.

Nesse bojo, um conceito bem abrangente, porém não absoluto, é apresentado por De La Torre (*apud* Barreto, 1995:13) que considera o turismo “um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade

lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”.

No âmbito da Geografia, não é diferente. Devido à intrínseca polissemia da definição do espaço e dos seus recortes entre si, também existem dificuldades para se definir turismo ou espaço turístico. Vale salientar que, sendo a Geografia, tradicionalmente, uma ciência que se aporta e dá suporte a outros campos disciplinares, a análise da dinâmica do espaço turístico também incorpora subsídios de outras ciências afins.

Nesse sentido, concebe-se que, no campo geográfico, o turismo é muito mais que o simples deslocamento de pessoas com fins de lazer; é uma prática sócioespacial complexa e multifacetada que interage fixos e fluxos e têm seus rebatimentos nas diferentes esferas da organização socioespacial:

- Econômica: requalifica os espaços através da diversificação, do crescimento e/ou do decréscimo das atividades, provocando alterações nos perfis de emprego, na renda e na base produtiva.
- Cultural: modifica os sistemas de valores, o estilo de vida e os padrões de consumo das populações receptoras.
- Política: (re)define o papel do Estado como gerenciador da infraestrutura turística e da ordem.
- Ideológica: articula estratégias e táticas que permeiam o imaginário do turismo como via de “salvação do mundo” e como mecanismo de manutenção da ordem.
- Espacial: refere-se ao espaço como meio de produção, como produto de consumo e como o *locus* das práticas socioespaciais.

As incidências do turismo nessas diversas esferas da organização socioespacial mostram como elas se encontram articuladas umas com as outras em um campo de ações conjuntas que denotam a totalidade do espaço turístico ou a “turistificação” (Knafo, 1996:69).

Nesse sentido, Pearce (1981:01) argumenta que “o turismo pode ser considerado um fenômeno resultante de viagens e estadas temporárias de pessoas que viajam por lazer ou propósitos recreativos”.

Ampliando a definição, Coriolano (1998:26) concebe o turismo como “uma forma mais elitizada de lazer, uma modalidade de uso do tempo livre que exige viagens, deslocamentos, uma infra-estrutura urbana e de serviços, transportes e hotéis”.

Para Almeida (1996:184), o turismo designa “tanto uma ação como uma função; de um lado refere-se aos fluxos, às motivações e aos tipos de deslocamentos pertinentes à atividade, de outro, diz respeito às empresas e agências receptoras, às transferências de capitais e aos *aménagements* espaciais”.

Estas definições apenas acenam a ampla diversidade do turismo na Geografia. Nas suas múltiplas conceituações, alguns autores privilegiam o âmbito econômico, os fluxos de bens e serviços, o comércio, a sazonalidade da atividade, as dimensões social, cultural e política e seus reflexos nas populações receptoras, o aspecto ambiental, o conteúdo técnico-científico, as representações, entre outros enfoques.

O mais importante é reconhecer e captar a complexidade do espaço do turismo como campo de investigação da Geografia, concentrando-se o foco de análise nas relações sociais materializadas territorialmente nas zonas de emissão, de deslocamento e de recepção de turistas que resultam no processo de produção e reprodução do espaço. Assim, ao vender a natureza como atrativo, ao articular fluxos populacionais, ao implementar uma rede de equipamentos de infra-estrutura, transportes, serviços, o turismo articula os elementos do espaço que para Santos (1985:6) “são os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas”, tornando-se, então, um objeto de estudo geográfico.

Como produto da sociedade consumista pós-industrial e globalizada, o turismo tem se propagado pelos mais diferentes espaços da superfície terrestre por via das redes geográficas que intercambiam fixos e fluxos como bens materiais, infra-estrutura, informação, pessoas, padrões e valores culturais. Estas redes cada vez mais imbuídas de técnica e intencionalidade têm suplantado as distâncias geográficas permitindo a “integração seletiva” dos lugares de difícil acessibilidade e a articulação dos espaços (local-global). Este enquadramento massificador do turismo também encontra suporte na clássica “teoria geográfica das difusões” que situa a questão das mudanças culturais advindas pela propagação de elementos de uma cultura para a outra (Barros, 1998:61-63).

Receptáculos privilegiados dessas redes, as ilhas tropicais são espaços cercados de mitos e fantasias que as tornam “atrativos” objetos de consumo turístico nos mais diferentes lugares da superfície terrestre. Impregnadas

de simbolismos, “as ilhas normalmente geram uma imagem positiva para o turista. Diferentes de muitas regiões continentais, elas possuem uma distinta e facilmente reconhecível identidade comercial” (Pearce, 1991:158).

Contudo, a fragilidade dos ecossistemas naturais associada à própria configuração geográfica limitam a capacidade de carga turística das ilhas, condicionando a distribuição espacial dos equipamentos e infra-estrutura turística. Na nossa área de estudo, um dos principais equipamentos que comprometem a capacidade de suporte turístico são as construções de segunda residência. Por isso, convém analisarmos, teoricamente, as suas incidências espaciais.

## 2. O Turismo de Segunda Residência e suas Repercussões nas Paisagens

A segunda residência ou residência secundária “é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar” (Tulik, 1998:200). Conhecida por diversos vocábulos restritivos como casa de praia, de veraneio, de campo, de temporada, de férias etc., este tipo de “domicílio de uso ocasional”, conforme o IBGE (1991), é uma prática aristocrática antiga que se massificou, recentemente, associada ao fenômeno de urbanização, expandindo-se bastante não só nos espaços insulares, mas também nas áreas continentais urbanas e rurais.

Com a industrialização e a metropolização das cidades, cada vez mais fazia-se necessário que homem urbano saísse das áreas centrais superpovoadas em direção às periferias metropolitanas na busca do reencontro com a natureza. Esta era uma forma de aliviar os estresses cotidianos e renovar suas energias.

Portanto, devido à proximidade das áreas centrais, as regiões periféricas metropolitanas passaram a ser alvos dos especuladores imobiliários e das estratégias de *marketing* turístico que procuravam valorizar os atributos naturais e culturais desses espaços ofertando-os aos segmentos sociais específicos que dispunham de renda excedente para adquirir uma residência secundária.

Ressalta-se que essa relação centro-periferia remonta aos aportes da clássica obra do geógrafo alemão Walter Christaller – *Teoria das Localidades Centrais* (1933) –, que na sua perspectiva locacional e organizacional do



espaço, já acenava para as singularidades do espaço turístico. Christaller (1955;1963) fora um dos pioneiros a analisar as periferias do turismo, concluindo que “um setor da economia que evita os lugares centrais e as aglomerações industriais, é o setor do turismo... [este] ...tem, portanto, uma tendência natural para a periferia das regiões densamente povoadas já que, na maioria das vezes, o turista procura paisagens remotas e ambientes exóticos, muitas vezes idílicos (montanhas, florestas, praias, lagos, áreas rurais etc.)” (Mello e Silva, 1996:126).

Sendo um fenômeno recente que se vincula ao turismo pendular de fim de semana e das férias anuais, “a residência secundária tem sua localização definida pela relação tempo-custo-distâncias. Esses fatores podem contribuir para a valorização de recursos naturais e culturais mais próximos dos centros emissores que são preferidos a outros, de qualidade superior, porém, mais distantes” (Tulik, 1998:202).

Entretanto, um fator importante que influencia na dinâmica do espaço turístico e na localização das residências secundárias é a rede de acesso e transporte. Apesar das residências secundárias se localizarem, geralmente, ao redor das grandes metrópoles, elas podem se espalhar por distâncias maiores devido às qualidades dos meios e vias de transportes disponíveis. Isto acontece porque a área central metropolitana polariza a emissão de fluxos de finais de semana que desenvolvem uma ampla faixa de residências secundárias em seu entorno, formando cinturões concêntricos (*Ibidem*, p. 205-206). Assim, com as melhorias de acesso, estas áreas periféricas passam a ser ocupadas por uma clientela popular, enquanto os ocupantes pioneiros detentores de um poder aquisitivo mais elevado partem em busca de áreas isoladas cada vez mais distantes da área central, reproduzindo assim a lógica turística de consumo e produção do espaço.

Por outro lado, as construções das segundas residências também marcam um vínculo permanente entre as áreas de origem e as áreas de destino. O refúgio freqüente nas residências secundárias estabelece identidades e territorialidades, que, muitas vezes, desencadeiam repercussões espaciais e conflitos socioculturais entre a população visitante e a nativa. Estas repercussões espaciais podem ser positivas e negativas e, geralmente, estão associadas à expansão do processo de urbanização nos núcleos receptores e a perda da atratividade turística, à proliferação do turismo

adventício<sup>2</sup>, à diversificação do mercado de trabalho e seus efeitos no padrão de renda etc. As repercussões negativas mais corriqueiras referem-se ao fato das segundas residências, geralmente, “desalojarem com suas edificações e infra-estruturas o uso do solo tradicional anterior, agrícola e pesqueiro e provocarem turbulência em níveis culturais e sociais (perfis de emprego, alterações de estilos e horizontes de vida etc.) e ambientais (desorganização da drenagem e mudanças geomorfológicas, destruição das qualidades das águas doces e oceânicas etc.)” (Barros, 1998:28).

Todas essas implicações socioespaciais provenientes da expansão do turismo de segunda residência têm seus rebatimentos no espaço, especialmente, na sua expressão de domínio do visível que é a paisagem.

No âmbito da Geografia, a paisagem expressa mais do que o domínio do visível, pois o arranjo espacial das diversas formas-objetos que a materializam, revela também a cultura e a carga de trabalho humano que foi depositada no espaço para a sua construção e/ou *artificialização turística*<sup>3</sup>.

A paisagem é uma das categorias geográficas fundantes. O seu entendimento ao longo da história do pensamento geográfico tem variado, dotando-a de uma complexidade cujas dimensões associam-se a cada matriz epistemológica que privilegia. “Ela tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que a mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica” (Corrêa & Rosendhal, 1998:8).

Embora a paisagem seja uma categoria cara à Geografia, isto não garante a esta ciência exclusividade na sua discussão. Ao contrário, a paisagem apreende uma diversidade de entendimentos para além dos debates

---

<sup>2</sup> Corresponde à transformação de residências secundárias em residências permanentes, em virtude da fixação de antigos turistas que transferem seu domicílio principal para os núcleos receptores.

<sup>3</sup> “A partir do momento que o espaço é destinado a satisfazer aquele que vem de fora ele se artificializa, turistifica. (...) toda habilidade turística consiste, então, a levar a clientela em direção a estes lugares selecionados, aos *lugares-imagens*” (Almeida, 1998:23).

geográficos, sendo, muitas vezes, usada de forma indiscriminada.

No âmbito do turismo, podemos, a partir de Hard<sup>1</sup> (*apud* Gomes, 1997, p. 38), entender a paisagem como um “recorte espacial de uma determinada parcela da superfície da Terra, cujos atributos naturais e paisagísticos evocam sentimentos de amenidades e recordações vitais, capazes de rápida apreensão e descrição pelo observador”. Este conceito corresponde à primeira tipologia deste autor que considera a paisagem um “quadro paisagístico do vivenciado ou vivido”.

Por muito tempo os geógrafos abandonaram o conceito de paisagem dos seus estudos pelo fato desse ser dotado de uma carga subjetiva de apreensão que é definida a partir do olhar do sujeito, através dos seus valores e dos seus filtros de experiência de vida. Só, recentemente, este conceito foi revalorizado pela Geografia Humanista, voltando ao bojo dos debates geográficos atuais.

A análise da dinâmica da paisagem conduz ao seu entendimento enquanto um mosaico da história humana dotado de coexistências que possibilita a reconstituição das diversas atividades econômicas e suas organizações socioterritoriais ao longo do tempo.

Como assinala Santos (1997:86), “a paisagem é transtemporal; é um palimpsesto que representa memória viva de um passado já morto. Ela permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto”. Apesar deste autor ressaltar que ao invés da paisagem, o espaço é a totalidade verdadeira, consideramos que a partir da reconstituição e interpretação de cada etapa da evolução socioespacial, retornando-se à história que os enrugamentos de diferentes idades representam, podemos operacionalizar a paisagem como uma categoria analítica encadeada em um sistema de objetos e de ações totalizantes.

Ademais, nos estudos do turismo, faz-se mister analisar a paisagem além da sua dimensão objetiva, do materialmente visível e “comercializável”,

---

<sup>1</sup> “Num esforço de compilar, de forma conceitual e contextual, o conteúdo dos diversos usos e empregos da categoria Paisagem, o geógrafo alemão Gerhard Hard (1992) identificou 11 tipologias que, com suas variáveis, abrangem o entendimento, passível de reconhecimento nas práticas e teses desenvolvidas ao longo da evolução do conhecimento geográfico e de suas interações com outras ciências e disciplinas afins” (ver Gomes, 1997, p. 37-46).

considerando-a também na sua dimensão subjetiva, que nos conduz às representações das paisagens do mundo vivido da população local.

Nesse intento, consideram-se representações na perspectiva de Moscovici (1978:28), ou seja, representação social como “um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se em um grupo ou em uma ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação”. Assim, a representação social corresponde ao conhecimento particular, às imagens, idéias e valores construídos pelos indivíduos na vida coletiva que lhes permitem se comunicar, “interpretar e reinterpretar” o espaço em que vivem.

A paisagem, enquanto representação do mundo vivido, configura-se a partir das leituras da realidade de cada indivíduo, as quais expressam suas experiências cotidianas no espaço. Reflexos de múltiplas significações, as representações também revelam o elo das pessoas com os lugares (topofilia) que é construído através do sentimento de pertencimento, da identificação desses espaços de poder como seus territórios, onde elas exercem suas práticas socioespaciais cotidianas. As imagens e recordações das transformações do mundo vivido demonstram a criação de uma territorialidade, de uma identidade sobre o território.

Nesse processo identitário afloram sentimentos, lembranças, símbolos, imagens, fantasias que resgatam o mundo vivido da experiência imediata do homem. Conforme Schultz (1979:73), “o mundo vivido compreende os seres humanos com toda ação e interesse humanos, seus trabalhos e sentimentos, em uma relação recíproca de troca entre o homem e o meio, levando em consideração esta relação dialética, caracterizada pela resistência à mudança de ambos os lados”.

As representações do mundo vivido atuam como *flashes*, como recortes arbitrários de paisagens captados pela percepção individual da vida cotidiana. Porém, elas não são a paisagem em si, pois esta “denota materialidade quer seja natural ou construída, e como tal passível de mensuração e comparação face aos princípios sociais e valores determinantes da sociedade que a institucionaliza, a partir da seleção de seus espaços” (Gomes, 1997:45). A percepção da paisagem é sempre um recorte individual, um modelo parcial da realidade que se opera segundo dois níveis: “através da experiência direta, envolvendo os cinco sentidos humanos, ou através da

comunicação interpessoal ou social, por meio do grupo” (Bailly, 1986). Isto denota que muitas são as representações do mundo que se captam em recortes individuais de paisagem e resgatam a experiência humana do mundo da vida. Cada indivíduo constrói suas imagens mentais e a sua própria representação de mundo baseada na experiência vivida e na imaginação.

Nesse sentido, optamos por discutir com mais afinco as diversas estâncias nas quais incidem a difusão das segundas residências nas paisagens insulares no decorrer da análise empírica do objeto – o litoral sul da Ilha de Itamaracá.

### 3. Uma Ilha na Periferia Metropolitana

A palavra ilha, que “se origina do latim *insula*, é com frequência associada a uma idéia de isolamento, algo que fica ainda mais claro na sua versão para o italiano *isola*” (Ribeiro, 1996:36). A peculiaridade geográfica de serem porções de terra menores que os continentes cercadas de água por todos os lados, confere as ilhas *status* de um mundo exótico, diferente de qualquer lugar. Encontradas em todas as zonas climáticas terrestres, elas apresentam diversas formas, origens e organizações socioespaciais.

As ilhas tropicais e sub-tropicais exercem especial fascínio às representações dos continentais, atraindo fluxos massificados do turismo nas suas diversas vertentes. Estas ilhas localizam-se, grande parte, no Mar do Caribe, nos Oceanos Pacífico e Índico, integrando as principais rotas do turismo internacional de sol e praia, modelo SSSS: *sea, sand, sun* and *sex* – mar, areia, sol e sexo.

Segundo Diegues (1997:15), “a visão paradisíaca é reforçada hoje pela mídia moderna que vende a ilha como símbolo do *natural*, do *primitivo* e do *único*. Ela torna-se cada vez mais o domínio do que é sonhado, idealizado como espaço de liberdade, de prazer, e de aventura pelo homem moderno, alienado e pressionado pela sociedade urbano-industrial. Nesse sentido, as ilhas, sobretudo as tropicais, são vendidas pela mídia e pelas empresas de turismo e viagens como o último pedaço do paraíso perdido”.

As imagens que exaltam a tropicalidade estão associadas à presença do sol radiante grande parte do ano, a grandes florestas, à abundância de praias desertas de águas límpidas e areias brancas, corpos desnudos bronzeados, sexo fácil etc. Esses símbolos enquadrados em um espaço

geográfico peculiar como o insular revestem-se de mitos e fantasias que transformam as ilhas tropicais em paraísos disputados por um seletivo grupo de turistas oriundos, na sua maioria, da Europa e da América do Norte, tornando a demanda turística maior que a *capacidade de suporte*<sup>5</sup> desses espaços.

Apesar de também difundir padrões homogeneizantes e seletivos, o turismo em ilhas apresenta diferentes características que se manifestam pela interação de diversos fatores que expressam as dimensões de *insularidade*<sup>6</sup> e *ilheidade*<sup>7</sup>, tais como localização, tamanho, natureza, práticas socioespaciais, infra-estrutura etc. Estes fatores influenciam e são influenciados pelos contextos nos quais as ilhas se inserem – ilhas tropicais-subtropicais e temperadas-frias, ilhas próximas e distantes do continente, ilhas-países independentes e territórios nacionais dependentes, ilhas-presídios e balneários turísticos, ilhas como áreas de preservação e como propriedades particulares, ilhas de intensa e de pouca relação com o continente, ilhas-centros e periféricas metropolitanas etc. –, originando, assim, distintas estruturas socioespaciais do turismo insular que se caracterizam por ofertas e demandas específicas.

No bojo das idéias e imagens que evocam a insularidade, o mar impõe-se onipresente como uma “barreira” d’água que separa a ilha do continente, criando para os ilhéus e continentais representações diferenciadas do espaço insular.

Para os continentais, as imagens que suscitam a insularidade estão

---

<sup>5</sup> Conhecido como capacidade de carga (*carrying capacity*), este conceito relaciona-se ao limite turístico que um determinado ambiente pode sustentar sem modificar suas características naturais, sociais, econômicas e culturais. A superação da capacidade de carga condiciona a deterioração do ambiente ou da própria atividade turística (Rodrigues, 1998:92).

<sup>6</sup> São “os fenômenos resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares e que podem ser quantificados (distância do continente etc.)” (Diegues, 1997:12).

<sup>7</sup> São “as formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade. *Ilheidade* diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular”. *Idem*.

carregadas de símbolos que, na maioria das vezes, associam-se ao mar como barreira física que separa mundos diferentes. Transporta esta barreira e voltar no tempo – entrar no mundo dos “homens lentos” (Santos, 1997, 260); é (re)encontrar-se com a “natureza” nos últimos redutos do mundo selvagem; é isolar-se dos caos e dos stresses urbanos. Como afirma Tacussel (*apud* Diegues, 1997, 13), “mas do que em outras situações, a ideia de travessia entre o continente e a ilha tem um significado que supera a distância geográfica ganhando um sentido existencial”.

Por outro lado, para os ilheiros, viver em uma ilha, em um espaço natural encerrado pelo mar, não é, necessariamente, viver no paraíso. A ilha e o mar, da vida insular, que muitas vezes, é dura e difícil. O mar que protege e contém, que representa barreira de proteção da ilha, para alguns ilheiros também é um obstáculo, um modo de sobrevivência e um obstáculo ao “progresso” e “modernidade”. Isto depende da localização e do tipo de relação pelos povos insulares mantêm com o continente. Em muitos casos, o mundo e a vida dos ilheiros é marcado pelas limitações, pelos desafios de sobrevivência no território geograficamente limitado, com recursos naturais escassos e com uma oferta limitada ou inexistência de serviços básicos como saúde, educação, saneamento etc.

Todavia, é importante relacionar que a insularidade não indica, necessariamente, uma condição de isolamento. Por mais isoladas que as ilhas estejam de fato, elas mantêm com este, mesmo que com pouca frequência, diversos laços, seja via do comércio de suprimentos e serviços para a sobrevivência, seja por relações mais amplas. Em alguns casos, as ilhas que estão bastante ligadas ao continente, estabelecendo diversas relações, tendem a perder a identidade insular enquanto espaços diferenciados da vida continental. Um dos principais fatores que vem contribuindo para isso é a expansão do processo de urbanização via turismo que resulta na transformação das ilhas em espaços metropolitanos contíguos.

A contigüidade metropolitana, geralmente, arrefece a identidade insular. Os habitantes das ilhas oceânicas que se localizam distantes do continente (como o Arquipélago de Fernando de Noronha (PE) que dista 527 km da cidade do Recife) tendem a manter poucas relações com o continente pelas dificuldades de acesso que fica restrito a transportes aéreo e marítimo. Porém, em outras situações, a ilha pode ser uma extensão da metrópole (caso de Itamaracá); quando não o próprio núcleo metropolitano

caso de Florianópolis na Ilha de Santa Catarina), fazendo com que a relação do homem com o mar, seus *generos*, *l'écologie* e suas práticas e ações espaciais sejam transformadas com o convívio dos padrões *l'écologie* e *l'habitat* na ilha (o Estado investe na infra-estrutura de acessibilidade para a ilha) que vão desencadear o incremento de mudanças relacionais aos setores secundário e terciário e a intensificação dos fluxos, levando a que "disseminam seus estilos de vida, padrões de consumo etc."

Em muitos casos, quando a ilha já se encontra em fase avançada de urbanização, os moradores já não se definem claramente como ribeirões, como habitantes de um espaço peculiar. Ressalte-se, contudo, que esta relação é difícil de ser avaliada pelo fato de que os valores e a influência dos meios de comunicações e os valores da sociedade insulares que também desejam alcançar e usufruir os benefícios econômicos da "modernidade".

A Ilha de Itamaracá, nesse âmbito de estudo, é o segundo município de mesmo nome e localiza-se no norte do Recife, capital do Estado de Pernambuco, pertencendo à Mesorregião Metropolitana do Recife e à Zona do Litoral Pernambucano (Fig. 1). Sua separação do continente é o resultado de movimentos tectônicos ocorridos há aproximadamente 10 milhões de anos e ao fato de situar-se em uma zona de falha. A falha, com 27 km de extensão, pela "a ilha resulta do basculamento dum bloco" (Lalonde).

O nome Itamaracá é de origem indígena, sendo formado "Itama" de "Matari" de "Pedra" ou "Pedra que Canta". Apesar de 100 mil pessoas falarem, os significam a mesma coisa, visto ser o maracá, um instrumento musical indígena que emite sons como um chocalho (Vignio, 1989:58).

Situada cerca de 50 km da cidade do Recife, a Ilha de Itamaracá é ligada ao continente através da ponte Getúlio Vargas (375 m). O acesso da capital do Estado de Pernambuco à ilha faz-se por terra através da PE-15 da BR-101, que no município de Igarassu é complementada pela PE-35.

<sup>5</sup> Conceito legado de Vidal de La Blache, relacionado ao "conjunto de técnicas, hábitos, usos e costumes que permitem ao homem utilizar os recursos naturais disponíveis, modelando a paisagem natural e transformando-a numa paisagem cultural" (Cavali, 1999:33-35).



levando até a ilha onde se liga a PE-1 que dá acesso ao seu litoral sul.

A extensão atual da Ilha de Itamaracá é de 65,4 km<sup>2</sup>, representando 0,07% do território pernambucano. Sua porção leste é banhada pelo Oceano Atlântico, enquanto o Canal de Santa Cruz, braço de mar de 22 km de extensão aproximada e com uma área estuarina de cerca de 5.292 ha, banha o norte, o oeste e o sul da ilha.

A Ilha de Itamaracá configura-se no contexto metropolitano como uma "zona periférica de lazer" que atrai os fluxos polarizados da área central (Recife) e das suas adjacências. Sua singularidade insular e a proximidade do núcleo metropolitano tornaram-na um destino privilegiado para os mais diferentes tipos e classes sociais que se vinculam, principalmente, ao turismo de segunda residência, assim como ao turismo adventício, ao pendular comercial e ao "turismo" de massa, dos excursionistas de finais de semana, pejorativamente conhecidos como "farofeiros".

Por ser um espaço insular engravado em um mosaico metropolitano, Itamaracá vem atraindo, desde o início da década de 1970, grande fluxo de turistas externos e internos, principalmente, componentes das classes média e alta dos municípios que constituem o núcleo metropolitano, que, inicialmente, passaram a visitar a ilha para o lazer de finais de semana e, posteriormente, foram fixando suas residências secundárias para os períodos de férias anuais, formando as "Vilas de Veraneio".

Segundo o Censo Demográfico 2000, a população de Itamaracá é de 15.854 habitantes, estando 12.930 na zona urbana e 2.924 na zona rural. Apesar de ter a segunda menor população da RMR, perdendo, apenas, para o município de Araçoiaba, durante o período de alta estação (de setembro a março), que contempla as férias escolares, a população flutuante da Ilha chega a, aproximadamente, "50.000 habitantes" (Itamaracá, 1997), ocasionando uma sobrecarga da infra-estrutura existente, que já é deficiente em relação à demanda básica.

A densidade demográfica do município<sup>9</sup> é de aproximadamente 242

---

<sup>9</sup> A emancipação política de Itamaracá ocorreu em 31.12.1958 (Lei N. 3.338), mas só foi realizada, oficialmente, em março de 1962, quando a Ilha deixou de ser distrito de Igarassu, elevando-se à condição de município.

hab/km<sup>2</sup>, maior que a de Pernambuco (cerca de 80 hab/km<sup>2</sup>). A população rural era superior à urbana até a década de 1970, quando, com a criação da RMR e com o incremento das atividades turísticas, esta situação se inverteu.

Os serviços vinculados às atividades turísticas concentram-se nos bairros de Forte Orange, São Paulo, Pilar (sede do município) e Jaguaribe, os quais formam o principal roteiro do turismo em Itamaracá. A paisagem que compõe este roteiro é constituída pela zona urbana, cujo uso e ocupação do solo foi levada a cabo para atender a instalação de residências, estabelecimentos comerciais e o centro administrativo, onde funcionam os serviços de saúde, educação, abastecimento, entre outros. Este modelo deu forma à cidade modificando a paisagem natural da restinga, dos manguezais, das praias e dos tabuleiros, revelando um processo de ocupação desordenada que agride os ecossistemas e é voltado também para atender às necessidades impostas pelo turismo, que intensificou o processo de ocupação nos últimos trinta anos.

Ao longo desse período, suas paisagens têm sido comercializadas, sobretudo, para a instalação das segundas residências. Conforme Gomes (1998:259), a paisagem, na perspectiva do turismo, se associa a tipologias diversas que reforçam o seu caráter como "mercadoria". Ela é um dos recursos turísticos mais atrativos, pois revela aos olhos do turista o sítio geográfico e suas belezas naturais, assim como a rede de equipamentos e infra-estrutura existentes.

Nesse âmbito, a singularidade insular e a localização tem tornado Itamaracá uma área de descompressão metropolitana voltada para as atividades de lazer e turismo, principalmente, de residência secundária. Sobre ela incide o fator da *tiranía da proximidade* (Ranucci *apud* Salva Tomás, 1996:187) que implica na forte atração que a ilha desperta sobre toda a RMR. Se por um lado, isto tem gerado vantagens para o município como a dotação de infra-estrutura de acesso e serviços urbanos, também tem representado um ônus para a ilha devido à forma como o turismo vem se difundindo e alterando os setores produtivos tradicionais, alijando grande parte da mão-de-obra nativa e provocando um intenso parcelamento do solo para as construções das residências secundárias.

Integrante da Região Metropolitana do Recife desde a sua criação<sup>11</sup> em 1973, a Ilha de Itamaracá sempre foi “contemplada” nos planos e projetos metropolitanos<sup>12</sup> como “área de vocação natural destinada ao lazer e ao turismo da população da RMR”. No atual Plano Diretor da RMR - MetrÓpole 2010 -, a ilha integra um dos *Territórios de Oportunidades*<sup>13</sup> destinado a atividades de lazer e turismo litorâneo. Todavia, ao mesmo tempo em que o Estado, representado pela FIDEM, considera a Ilha de Itamaracá um espaço de “vocação turística”, ambigualmente, ele não a tem priorizado com grandes investimentos neste setor, subvertendo sua imagem de “ilha-paraíso” para “ilha-prisão” que convive com três Penitenciárias instaladas no seu território (a Professor Barreto Campelo - de segurança máxima, a Penitenciária Agrícola de Itamaracá - PAI e o Manicômio Judiciário). Essas penitenciárias pertencentes ao Governo Estadual ocupam uma área de 1.645,36 ha, o que corresponde a, aproximadamente, 1/3 da Ilha de Itamaracá. Elas representam um período do planejamento urbano em que a idéia de ilha estava associada à idéia de prisão, de isolamento, como era o caso da Ilha de Alcatraz (EUA) e de várias ilhas brasileiras como Fernando de Noronha (PE), Anchieta (SP) e Ilha Grande (RJ).

A incompatibilidade turismo-prisões tem gerado diversos problemas

---

<sup>11</sup> A Região Metropolitana do Recife - RMR foi criada, originariamente, pela Lei Complementar Federal N. 14 de 08 de junho de 1973, juntamente com as de outras sete capitais brasileiras. Constituída, inicialmente, por 9 municípios (Igarassu, Itamaracá, Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão, Moreno e Cabo), a RMR foi alterada em 1992 para a inclusão dos municípios de Itapissuma, Abreu e Lima e Camaragibe, respectivamente, desmembrados de Igarassu, Paulista e São Lourenço da Mata. A RMR foi novamente modificada para a inclusão do município de Ipojuca em 1994 e do município de Araçoiaba, emancipado de Igarassu em 1995, passando a contar, atualmente, com 14 municípios. *In*: FIDEM. RMR - *Dados Estatísticos*. (Divulgação).

<sup>12</sup> Entre os planos e projetos elaborados em escala metropolitana pela FIDEM, podemos citar: o Plano de Desenvolvimento Integrado da RMR (PDI-1976), o Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM-1983), o Projeto Grande Recife (1986) e o atual Plano Diretor MetrÓpole 2010 (1998).

<sup>13</sup> “Estes são áreas, concentradoras de potencialidades, podendo ser entendidos como espaços ou territórios irradiadores de desenvolvimento, sendo estratégicos em termos de oferta de oportunidades para o desenvolvimento de atividades e implantação de novos empreendimentos” (FIDEM, 1998:43).

ao longo dos últimos anos, fazendo com que o governo municipal, a população local e os empresários interessados em investimentos na ilha venham reivindicando a retirada dessas penitenciárias de Itamaracá (Braga, 2000).

A implantação do PRODETUR-PE<sup>13</sup> em 1990, quando foi criado o Centro Turístico de Guadalupe, no litoral sul de Pernambuco, também demonstra o poder do Estado na definição das áreas estratégicas para a dotação de infra-estrutura turística. Vinculado a interesses da iniciativa privada e de atores globais, o Estado (re)produz na escala local a estratégia global de seleção e exclusão dos espaços.

Nesse âmbito, enquanto o litoral sul, incentivado pelo Estado, se “moderniza” para atender a uma clientela externa (de outros Estados e países), outros espaços do litoral norte, como a Ilha de Itamaracá – que há mais de quatro décadas vêm sendo consumida por uma clientela endógena, sobretudo, metropolitana –, entram em um estágio de retração ou mesmo de saturação da atividade turística.

Isto demonstra que, apesar da conjuntura ditada pela Globalização acenar uma crise do poder do Estado, este ainda é uma força decisiva, enquanto agente de planejamento e de gestão das políticas públicas, necessitando, de tal modo, ser considerado nas análises dos espaços turísticos.

#### **4. Dos Engenhos às Engenhosidades Urbanas: As Marcas nas Paisagens e as suas Representações**

Por aqui tudo era mato; a maioria era casa de palha (folha de coqueiro); tudo era mocambo. Tudo era carregado nas barcaças; era coco, era carvão, tudo o que entrava e que saía. Ninguém vinha visitar a ilha nem o forte (Orange) porque tudo tinha medo da maré. O começo dos veranista aqui foi

---

<sup>13</sup> No início da década de 1990, o Governo Federal criou o Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste do Brasil (PRODETUR-PE), financiado pelo BID, em que cada Estado nordestino estabeleceu áreas privilegiadas destinadas à alocação de infra-estrutura turística. Em Pernambuco, foi selecionado o Centro Turístico de Guadalupe, no litoral sul, que, com uma área do litoral de Alagoas, forma o Projeto Costa Dourada.

esse deles vir só no verão. Depois foram comprando casa e aí já vinha o dia que quisesse, o mês que queria vir, que tava desocupado e lá vai a coisa crescendo... Aí foi se chegando o tempo de dizerem que tinha que vender a casa de palha dos pobres que tinha que recuar pra trás porque era obrigado a vender o lugar, as casas na frente pra fazerem casa nova e o povo foi tudo se arrastando pra trás fazendo as casinhas pra trás e depois lá chegou que nem casa de palha podia se ter que hoje em dia todo mundo tem casa de telha. ...Poucas são as pessoas daqui que conseguiu melhorar de vida. Eu corro a mente e não consigo encontrar ninguém. Pescador, trepador de coqueiro e salineiro se acabou. A prosperidade foi trabalhar de pedreiro e servente pra construir as casas dos veranista. ...Hoje eles já tão vendendo muitas casa que tiveram gosto de fazer aqui. Tem muita casa de veranista com placa de vender. Tem muitos veranista que tem casa aqui e vão morar em outro canto, em outras praia (Celina, 74 anos).

As transformações engendradas pelo turismo nas paisagens da Ilha de Itamaracá são narradas acima pela ilhéu Celina. As representações aludidas neste depoimento demonstram a mudança de uma paisagem agropesqueira para uma paisagem dominada pela segunda residência.

Para melhor compreensão deste processo em Itamaracá, faz-se necessário remontar ao início da colonização do Brasil, quando ocorreram as "primeiras" transformações das suas paisagens.

Sede da primeira feitoria oficialmente instalada no Brasil por Cristóvão Jaques, a Ilha de Itamaracá foi, por mais de dois séculos, um ponto muito importante para a implantação da colônia portuguesa no país e das suas lutas contra as investidas francesas e holandesas.

Em 1526, o cultivo da cana-de-açúcar predominava nas paisagens da Ilha de Itamaracá, já tendo esta, uma feitoria suficientemente organizada para a manufatura e exportação do açúcar (Rodrigues, 1972:34). A implantação da cultura da cana-de-açúcar na ilha deu-se nos vales fluviais, onde os solos mostravam-se mais propícios a este cultivo devido aos despejos freqüentes dos depósitos aluvionais.

Após mais de trinta anos de exploração e de lutas, os portugueses resolveram criar em 1.534 o Sistema de Capitánias Hereditárias que visava efetivar a exploração e o povoamento do território brasileiro. De acordo

com esse sistema, o espaço colonial foi dividido em 15 lotes, dentre os quais, um era a Capitania de Itamaracá que foi doada por D. João III ao donatário Pero Lopes de Souza em 1.º de setembro de 1534 (Andrade, 1999:37-41). A extensão da Capitania de Itamaracá compreendia “um trecho de trinta léguas de costa, desde o canal de Santa Cruz até a baía da Traição, Estado da Paraíba. Na direção do poente estendia-se indefinidamente *até onde pudesse o donatário penetrar*” (Rodrigues, 1972:28).

Itamaracá tinha tudo para ser uma capitania bem sucedida; “vários fatores contribuíam para isso: primeiro, era um dos lotes mais próximos da Europa, dispoñdo de mata com abundância de pau-brasil, uma grande diversidade de recursos muito disputados pelo mercado europeu, e compreendia terras no litoral, rios navegáveis para embarcações da época, áreas de manguezais, além de colinas e de várzeas que se prestavam para a criação de gado e à cultura da cana-de-açúcar” (Andrade, 1999:53). Contudo, a proximidade e a dependência financeira da Capitania de Pernambuco, localizada ao sul de Itamaracá, assim como as ausências constantes dos seus donatários, geraram conflitos que impediram o seu desenvolvimento.

Ao longo de mais de dois séculos em que a Ilha de Itamaracá fez parte de uma capitania, a dinâmica das suas paisagens foi conduzida pelas atividades agrícolas, principalmente, pela monocultura da cana-de-açúcar e, em menor parte, pela policultura de subsistência. Essas atividades concentraram-se na porção sul da ilha, na área que, atualmente, engloba os bairros de Vila Velha, Forte Orange e São Paulo.

A partir dessa época até o final da década de 1950, a cana-de-açúcar e o coco-da-baía vieram disputando as paisagens litorâneas da Ilha. A cana, além de ser implantada nos vales fluviais que eram mais férteis para o seu cultivo, já tinha se alastrado pelos tabuleiros costeiros da Formação Barreira. Os solos destes tabuleiros, devido à estrutura e composição mineralógica, eram ácidos e menos apropriados ao seu cultivo, exigindo assim, o emprego de técnicas de manejo e ações corretivas. Por outro lado, ao longo de toda a faixa costeira predominavam as plantações de coco-da-baía que por ser uma cultura de solos pouco exigentes se adequava bem às condições edafológicas desta área. Assim, dependendo da localização, o coco ora ocupava o espaço onde a cana se fazia presente ora, em outro momento, o coqueiral sofria o impacto do avanço dos canaviais.

Com a falência de alguns engenhos que já existiam na ilha desde 1793, como o Amparo, São João e Macaxeira, a cana foi cada vez mais

perdendo espaço para a cultura do coco-da-baía, que a partir da década de 1960 passou a ser o principal produto cultivado em Itamaracá. O coqueiral, além da sua importância como atividade econômica, é um elemento característico da paisagem "natural" da ilha.

Analisando-se a Tabela 1, percebe-se que enquanto a área de produção do coco-da-baía aumentou de 556 para 1.043ha de 1975 a 1985 respectivamente, a área colhida de cana-de-açúcar diminuiu, neste mesmo período, de 137 para 42ha. Contudo, a partir da década de 1970, a faixa litorânea ocupada pelos coqueirais começa a diminuir com a valorização da praia e a crescente especulação imobiliária para as construções das residências secundárias. Apesar dos dados apontarem um crescimento da produção do coco-da-baía até 1985, alguns antigos moradores que, inclusive, trabalharam durante muitos anos no cultivo e na coleta dos cocos, esclareceram-nos este fato explicando que enquanto os coqueirais eram dizimados das áreas litorâneas sul e central, suas plantações adentravam-se para o interior da ilha e alastravam-se pela porção litorânea norte que eram áreas, ainda, pouco povoadas e de difícil acesso como a Enseada dos Golfinhos. Porém, ao longo das últimas três décadas, em face da diminuição da área rural com a expansão do perímetro urbano, o crescimento das construções de segunda residência tem se intensificado e se expandido ao longo de toda a faixa litorânea da ilha contribuindo para a diminuição do cultivo do coco-da-baía que, conforme o IBGE, em 1995, já apresentava uma área destinada de apenas 115ha com uma produção de 2.230 frutos.

Tabela 1 – Quantidade produzida e Área Colhida de Coco-da-Baía e Cana-de-Açúcar na Ilha de Itamaracá-PE (1970 a 1985)

PRODUTOS	ANOS	PRODUÇÃO	
		Quantidade (t)	Área Colhida (ha)
Coco da Baía	1970	-	-
	1975	3 192	556
	1980	3 018	687
	1985	4 778	1 043
Cana-de-Açúcar	1970	4 500	220
	1975	4 203	137
	1980	1 766	80
	1985	1 410	42

Fonte: Censos Agropecuários de Pernambuco – 1970, 1975, 1980, 1985.

As atividades econômicas da ilha, atualmente, são a pesca, a colheita de coco, o artesanato e, sobretudo, o turismo. Anos atrás, era considerável, também, a produção de sal em salinas, as quais se encontram desativadas atualmente. Conforme Mota (1985:26), “em toda a faixa litorânea, incluindo o Lance dos Caçães, predominavam as grandes propriedades de coqueiros que, ao lado da pesca e da atividade baraceira, constituíam-se em fonte de riqueza, para os seus proprietários e, de trabalho, para a população pobre da ilha. Essas propriedades, tão rendosas antigamente, quase já não existem mais hoje, destruídas que vêm sendo, pelas trenas e teodolitos dos capitães da indústria imobiliária”.

Com efeito, podemos dizer que o início das atividades turísticas em Itamaracá remonta ao ano de 1939 com a construção da Ponte Getúlio Vargas ligando a ilha ao continente. Conforme Mota (1985:70), “a construção da Ponte de Itamaracá se tornou necessária, com a criação, pela Interventoria Federal de Pernambuco, durante o Estado Novo, da Penitenciária Agrícola de Itamaracá. O interventor, Agamenon Magalhães, decidira instalar ali a Penitenciária Agrícola, medida que exigia a construção imediata de uma ponte ligando a ilha ao continente”.

No entanto, o turismo comercial só tomou maior impulso no início da década de 1970, após a transformação da ilha em município, pois essa passou, inicialmente, a receber um constante fluxo de turistas nos finais de semana e, posteriormente, nos períodos de férias.

A melhoria nas vias de acesso e a popularização do automóvel particular atraíram grandes contingentes de turistas oriundos, na sua maioria, das classes média e alta da cidade do Recife, a fixarem uma segunda residência na Ilha de Itamaracá, quebrando a estrutura tradicional do seu espaço urbano e iniciando um progressivo parcelamento do solo e a especulação imobiliária para a venda de loteamentos. Com o aumento da demanda, toda a área urbana, principalmente a faixa litorânea, foi sendo loteada cedendo lugar às *casas de praia*. “O parcelamento intensivo da área, principal elemento de especulação do solo na ilha, ampliou excessivamente o perímetro da área loteada que em 1975 era de 148,65ha o que representava 8,7% para 869,02ha em 1984, cerca de 33,2% do total, portanto com incremento de 720,37ha, quase 6,5 vezes a área anterior” (FIDEM, 1986:55).



Na pesquisa<sup>14</sup> de Uso e Ocupação do Solo para elaboração do PDII, a FIDEM contabilizou que dos 127 loteamentos existentes em Itamaracá em 1984, 50 loteamentos estavam vazios (até 10% dos lotes ocupados), 37 tinham uma ocupação rarefeita (de 11 a 30% dos lotes ocupados), 34 tinham uma ocupação em processo de consolidação (de 31 a 70% dos lotes ocupados) e apenas 6 tinham a ocupação consolidada (acima de 71% dos lotes ocupados), demonstrando a ociosidade do espaço da ilha. Todavia, verificou-se nessa pesquisa que “as maiores taxas de crescimento de construções foram registradas no litoral sul, no litoral norte, e na área que corresponde ao interior, onde se tem localizado os moradores tradicionais da ilha expulsos da faixa de praia. Isso vem confirmar uma dispersão da implantação de construção na área urbanizável da ilha, de onde se deduz que a implantação das residências de veraneio, do grande contingente de veranistas, no território da ilha, tem mantido uma certa independência em relação aos fatores infra-estruturais existentes” (*Ibidem*, 1986:55).

Pela metodologia adotada pelo IBGE, não pudemos acompanhar, quantitativamente, a evolução dos domicílios de residência secundária em Itamaracá desde 1960, pois é apenas na Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991 que este órgão os classifica como “Domicílio de Uso Ocasional<sup>15</sup>”, registrando na ilha 4.687 destes domicílios, o que representa, aproximadamente, 62% do total de 7.562<sup>16</sup> domicílios recenseados.

Como exemplos mais característicos desse processo de expansão das segundas residências em toda a ilha, recortamos os bairros de São Paulo e

---

<sup>14</sup> Entre 1984-86, a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM) conjuntamente com a Prefeitura Municipal de Itamaracá (PMI) elaborou o *Plano de Desenvolvimento Integrado de Itamaracá (PDII)* visando dotar o município de uma política de desenvolvimento socioeconômico em escala local e de um programa de ações que lhe permitisse integrar as necessidades fundamentais da comunidade com ações previstas anteriormente ou mesmo em curso de execução, dentro de um quadro coerente com o desenvolvimento regional. O PDII estava incluído nas ações de desenvolvimento regional previstas para a RMR pelo “Projeto Grande Recife”.

<sup>15</sup> “Considerou-se como de USO OCASIONAL o domicílio particular que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim de semana, férias ou outro fim” (IBGE, 1991:11).

<sup>16</sup> Este total de domicílios corresponde à soma dos Particulares (ocupados e não-ocupados) e Coletivos.

Forte Orange. Estes bairros vivenciam desde meados da década de 1960 um crescimento considerável da demanda turística que tem, de forma substancial, influenciado na dinâmica das suas paisagens.

A insularidade associada à presença de monumentos históricos como o Forte Orange<sup>17</sup> representam atrativos que motivaram os empreendedores imobiliários a “venderem os bairros” para a instalação das segundas residências e estabelecimentos comerciais. Com a intensa expansão dos loteamentos a partir da década de 1970, os bairros de São Paulo e Forte Orange foram parcelados em 28 loteamentos e configuram-se na ilha como o tradicional reduto da população veranista, tendo apresentado em 1984, conjuntamente com o bairro de Forno da Cal, 76,9% da sua população de moradores de segundas residências, as quais têm um alto índice de construções “muito boas” e “boas”, respectivamente 22,13% e 22,8% de todas as residências de Itamaracá (*Ibidem*, 1986:65).

Deste modo, por abrigar uma população de classes média e alta que se caracteriza como flutuante por ocupar as residências nas épocas de veraneio e nos finais de semana, os bairros de São Paulo e Forte Orange têm atraído e concentrado os “serviços de interesse econômico”, basicamente, aqueles voltados para o setor de turismo (alojamentos, gastronomia, entretenimentos etc.), reproduzindo assim, a lógica seletiva do mercado. Entretanto, o crescimento acelerado do turismo nesses bairros tem ocasionado um rápido processo de transformação das suas paisagens que se evidencia, sobretudo, pela paulatina descaracterização do ambiente natural da área e pelas suas incidências nas representações do mundo vivido dos moradores nativos.

Nestes bairros, os impactos naturais ocasionados aos estuários mangues, praias, restingas e matas aparentam estar diretamente atrelados à expansão dos empreendimentos turísticos, principalmente, das residências secundárias. Com a proliferação dessas construções, foram promovidos em São Paulo e

---

<sup>17</sup> O Forte Orange foi construído em taipa, em 1631, pelos holandeses com a estratégia de invadir a Vila da Conceição que era o centro administrativo e econômico da então Capitania de Itamaracá. Sua denominação é uma homenagem ao príncipe holandês Frederico Henrique de Orange, tio de Maurício de Nassau. Após a expulsão dos holandeses, em 1654, é que os portugueses edificaram o forte de pedras, em forma de quadrado, com quatro baluartes, conforme se encontra atualmente.

Forte Orange os maiores aterros de mangues da ilha, com a finalidade de aumentar a área de loteamentos e vender maiores porções do espaço na orla marítima. À guisa de ilustração podemos citar o exemplo do "Loteamento Forte Orange Privê que aterrou no início de dezembro de 1987, cinco hectares de mangue sob a alegação de que o mesmo já estava 'morto' e que obteve licença da Companhia Pernambucana de Controle de Poluição Ambiental e Administração dos Recursos Hídricos (CPRH), para realizar este aterro" (Magno, 1989:61-66).

Ademais, o incremento voraz dos empreendimentos turísticos nos bairros em análise, assim como em toda a ilha, também ocasionou um fenômeno comum que aflige os espaços litorâneos ainda livres da ação turística: a ocupação através do lazer, do veraneio, com as construções das segundas residências, mantidas pelas classes média e alta, foi, gradativamente, deslocando para o interior da ilha as comunidades nativas de baixa renda. Estas foram vendendo os seus terrenos localizados nas praias, a preços módicos, atraídas pelo desejo da melhoria de vida, indo morar distantes do mar. Segundo a pesquisa "in loco" de Uso e Ocupação do Solo da FIDEM, em 1984, observou-se que grande parte da população residente, especialmente, os tradicionais moradores habitavam precariamente os assentamentos do tipo espontâneo com habitações rústicas e insalubres. Já os veranistas ocupavam os espaços mais valorizados, próximos ao mar, em assentamentos planejados em loteamentos com habitações na maioria boas e regulares (1996:62).

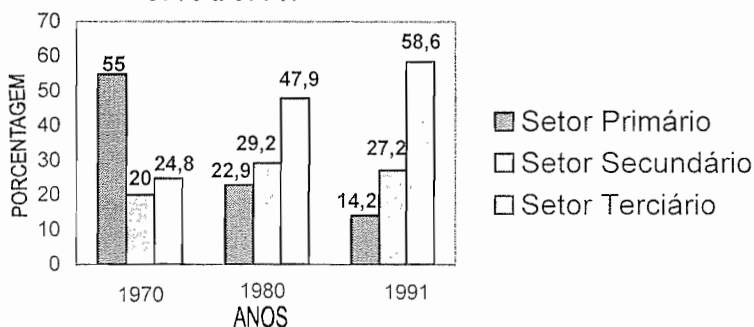
Ao longo dos últimos trinta anos, o convívio com a população flutuante também tem gerado conflitos que se repercutem em transformações nos hábitos e costumes, nos gêneros de vida e nas relações de trabalho da população nativa. A quebra do isolamento oriunda da contigüidade metropolitana, a melhoria da infra-estrutura urbana e o *efeito-demonstração*<sup>18</sup> têm impulsionado, principalmente, as gerações mais novas de ilhéus a buscarem-se engajar em outros ofícios e a emigrarem para o centro metropolitano. Isto tem ocasionado um decréscimo significativo no número de pessoas que se ocupa da pesca e das lavouras de subsistência,

---

<sup>18</sup> Corresponde ao efeito desencadeado pela chegada de turistas que tende a influenciar o estilo de vida e o padrão de consumo da população nativa. (Rolim, 1999:221).

pois com a entrada de um novo mercado, os pescadores e os agricultores preferiram abandonar seus ofícios, trocando por outro “menos arriscado” em busca da tão sonhada *mobilidade sociogeográfica* (Castilho, 1999).

Gráfico 1: Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) de Itamaracá Segundo Setores de Atividade Econômica - 1970 a 1991.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de Pernambuco - Mão de Obra - 1970, 1980, 1991.

Observando-se o Gráfico 1, percebe-se que, no período de 1970 a 1991, a população de Itamaracá empregada no setor primário, que congrega a pesca e a agricultura, diminuiu de, aproximadamente, 55% para 14%; enquanto, a população empregada no setor terciário, que reúne o comércio e os serviços vinculados ao turismo, cresceu de cerca de 25% para 59%. Isto demonstra que o acelerado processo de urbanização via turismo da ilha vem provocando a concentração da mão-de-obra nativa no setor terciário e o abandono das atividades tradicionais voltadas para a subsistência.

No entanto, padrão semelhante vem reproduzindo-se em muitas cidades litorâneas brasileiras, demonstrando, em muitos casos, que os moradores nativos não conseguem engajar-se no setor terciário devido à desqualificação e ficam marginalizados em empregos temporários ou subempregos na construção civil, como caseiros ou vigias das residências secundárias, como domésticas de fins-de-semana e temporadas de férias etc. Em Itamaracá, ainda não dispomos de dados suficientes que evidenciem essa situação, necessitando, assim, de análises mais específicas.

Outro fator importante apontado pelo Gráfico 1 é o aumento das atividades secundárias de 20 para 29% no período de 1970 a 1980, respectivamente. Este período da década de 1970 coincide, justamente, com

o período da intensificação das vendas de loteamentos na ilha, impulsionando, portanto, para que a Construção Civil torne-se a principal atividade industrial empregadora da mão-de-obra nativa, sobretudo, para as construções das residências secundárias. Em 1991, o setor secundário já congregava cerca de 27% da população economicamente ativa da ilha, acenando uma pequena queda em relação à década anterior que pode ser indício do começo da saturação turística ocasionada pela ocupação desenfreada das segundas residências.

Sendo assim, os dados analisados consubstanciam o depoimento da ilhéu Celina acerca das mudanças ocorridas nas paisagens da Ilha de Itamaracá, sendo também uma “pista” que, dentre os diversos ângulos de análise do problema ora exposto, demonstra que o turismo tem seus rebatimentos nas paisagens e nas representações dos moradores nativos. Entretanto, é válido destacar que outros estudos em espaços insulares têm revelado posições heterogêneas dos moradores locais em relação ao turismo (Calvente, 1996:86). Isto nos alerta para que sejamos cautelosos na análise de apenas uma das muitas facetas do turismo – a sua incidência no mundo vivido – pois as trajetórias de vida de cada indivíduo denotam experiências diferenciadas no espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços encetados nesta análise buscam ressaltar que as ilhas são espaços geográficos singulares nos quais o equilíbrio e a fragilidade dos ecossistemas naturais associados à extensão territorial limitam suas capacidades de carga turística e condicionam a distribuição dos seus equipamentos e infra-estruturas. Entretanto, a difusão do turismo nas suas paisagens vem engendrando novas relações socioespaciais que dão às ilhas novas configurações de paisagens, um novo conteúdo e uma nova dinâmica, desconsiderando a peculiaridade insular desses espaços.

Analisando-se o caso de dois bairros do litoral sul da Ilha de Itamaracá-PE, demonstra-se que o crescimento da demanda turística sem a dotação de um gerenciamento e de uma infra-estrutura correspondente, ocasiona profundas transformações nas paisagens desses ambientes insulares. Ademais, a insularidade associada à proximidade do núcleo metropolitano ao mesmo tempo em que proporcionaram a quebra do isolamento e a dotação de infra-estrutura e serviços urbanos básicos para a população de um modo

geral; também resultaram em impactos negativos como a especulação imobiliária e os sucessivos parcelamentos da faixa litorânea para as construções das segundas residências turísticas. Isto vem comprometendo o patrimônio natural e cultural das paisagens, gerando a perda dos referenciais de insularidade e ilheidade, assim como transformações relevantes no mundo vivido dos ilhéus. Ressalta-se, que estas breves constatações não induzem, *a priori*, a uma visão fatalista do turismo na Ilha de Itamaracá; até porque esta relação custo-benefício é complexa e difícil de ser avaliada, necessitando-se proceder a sua análise cautelosamente, para não se (re)produzir os discursos apologético-mitificadores nem pejorativos da atividade turística.

Contudo, constata-se que essas transformações subvertem os simulacros freqüentemente estandardizados pela mídia – das ilhas como últimos redutos do paraíso; lugares onde não existem os problemas e os estresses da vida nos continentes –, demandando análises mais acuradas sobre a difusão do turismo nas paisagens insulares.

## A DIFUSÃO DO TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA NAS PAISAGENS DA ILHA DE ITAMARACÁ - PE

**Resumo:** Este artigo contempla algumas reflexões sobre as transformações ocasionadas pelo turismo nas paisagens insulares, principalmente, pela difusão das segundas residências. As ilhas tropicais “ofertam” nas suas paisagens atrativos naturais e culturais que são simulacros do paraíso e do repouso, revelando os desencontros entre as estratégias do planejamento turístico e as práticas socioespaciais cotidianas. Como área de estudo, apresentam-se dois bairros situados ao sul da Ilha de Itamaracá-PE, onde tem havido uma intensa expansão das segundas residências que vem resultando em algumas implicações socioespaciais.

**Unitermos:** Ilha/ Turismo/ Paisagem/ Itamaracá.

## VACATION-HOME DIFFUSION IN THE LANDSCAPES OF ITAMARACÁ ISLAND (Pernambuco, Brazil)

**Abstract:** This article presents some reflections about changes in insular landscapes promoted by tourism's actions and movements, mainly by the second homes expansion. Tropical islands usually dispose natural and cultural attractions in its landscapes, revealing, in some way, differences between tourist planning strategies and daily socio-spatial practices. We discuss a specific case of two districts in Southern of Itamaracá Island (PE), which have been affected by intensive tourist activity and an increase second homes, resulting in a variety of socio-spatial impacts.

**Key words:** Island/ Tourism/ Landscape/ Itamaracá.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Turismo e os novos territórios no litoral cearense. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Cultura: invenção e construção do objeto turístico. In: *Espaço Aberto 3*. Turismo e Formação Profissional. Fortaleza: AGB, 1998. p. 17-30.

ANDRADE, Gilberto Osório de. *Itamaracá, contribuição para o estudo geomorfológico da costa pernambucana*. Recife, 1955.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Itamaracá, uma capitania frustrada*. Recife: FIDEM/CEHM, 1999. (Coleção Tempo Municipal, n. 20)

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

ASSIS, Lenilton Francisco de. *A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares: um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá - PE*. 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BAILLY, A. *Representações sociais e dinâmicas urbanas e regionais*.

Tradução em português não publicada feita por Edvânia Torres Aguiar Gomes. 1986.

BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 6. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1995. (Coleção Turismo).

BARROS, Nilson C. Crócia. de. *Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens*. Recife: Universitária/UFPE, 1998.

BRAGA, Maria do Carmo de A. *A gestão do patrimônio do estado em áreas de interesse turístico: os casos de Porto de Galinhas e Itamaracá*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2000.

CALVENTE, M. C. H. O impacto do turismo sobre comunidades de Ilhabela (SP). In: LEMOS, A. I. G. de (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTILHO, Cláudio J. Moura de. As atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano: uma “nova” perspectiva para a análise geográfica? *Revista de Geografia*. v. 14, n. 1/2, p. 29-89. Recife: UFPE/DCG-NAPA, jan./dez., 1998.

\_\_\_\_\_. *Tourisme et mobilité socio-géographique des pauvres à Recife/Brésil*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Université de la Sorbonne-Nouvelle/Paris III. Paris.

CLAVAL, Paul. *Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. *O turismo litorâneo cearense: do local ao global - as comunidades de Flecheiras e Guajiru - Trairi - CE*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – DG-CTG/UECE. Fortaleza.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos. As ilhas e arquipélagos brasileiros: práticas sociais e simbólicas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1997.

FERREIRA, Conceição; SIMÕES, Natércia. *A evolução do pensamento geográfico*. Lisboa: Gradiva, 1996.



FIDEM. *Itamaracá – Perfil Municipal*. Recife, 1995.

\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento Integrado de Itamaracá (PDII) – Diagnóstico*. v. 1 Texto. Recife, 1986.

GOMES, Edvânia T. Aguiar. A ressurgência do turismo nos anos 90 – campo de possibilidades de revisitações da região, natureza e paisagem na Geografia. In: CORIOLANO, L. N. M. T. *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998.

\_\_\_\_\_. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. 1997. Tese (Doutorado em Geografia). DG-FFLCH/USP. São Paulo

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico – Brasil*. Rio de Janeiro, 1970, 1980, 1991.

ITAMARACÁ vai cobrar pedágio aos visitantes. *Jornal do Comércio*, Recife, 25 set. 1997. *Caderno Ciência/Meio Ambiente*.

KNAFOU, Remi. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LLINÁS, M. S. El espacio turístico y su consumo en la Isla de Mallorca. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAGNO, Elzanira A. Carlos. *Carta geomorfológica da Ilha de Itamaracá*. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MELLO e SILVA, Sílvio Bandeira de. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOSCOVIVI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOTA, Alves da. *ITAMARACÁ (o antigo e o moderno): uma análise sócio-econômica da histórica ilha pernambucana*. Itamaracá: Prefeitura Municipal

de Itamaracá, 1985.

PEARCE, Douglas. *Tourism today – a geographical analysis*. New York: Longman, 1991.

RIBEIRO, Ronaldo. Ilhas do Brasil: uma viagem aos paraísos do nosso mar. *Revista Os Caminhos da Terra*. 56 ed., ano 5, n. 12, p. 34-53. São Paulo: Editora Azul, dez/1996.

RODRIGUES, Adyr. B. Abordagem geográfica do espaço do turismo. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998.

\_\_\_\_\_. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

RODRIGUES, Valdecírio. *História de Itamaracá*. Recife: Governo de Pernambuco, 1972.

ROLIM, Zionam E. Lins. Turismo no Brasil: crescimento do turismo doméstico, concentração regional e emergência do pólo nordestino. In: LIMA, J. P. R. (Org.). *Economia e região*. Recife: Universitária-UFPE, 1999.

SALVÀ TOMÀS, Pere. A. Las Implicaciones Socioculturales del Turismo en el Mar Mediterraneo. In: LEMOS, A. G. (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHULTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TULIK, Olga. O espaço rural aberto à segunda residência. In: LIMA, L. C. (Org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998.

